



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA EJE Nº 006/2022**

**Objeto: CAPACITAÇÃO EM “DESAFIOS AO MAGISTRADO ELEITORAL E O PODER DE POLÍCIA”.**

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
01	Divulgação	28 de junho a 1º julho
02	Convocação	4 a 8 de julho
03	Período de realização	15 de julho (8 horas-aula, presencial)
04	Modalidade	Aulas expositivas dialogadas com análises de casos concretos e de peças processuais
05	Carga horária	8 horas/aula (hora-aula: 60 m)
06	Quantidade de vagas	74 vagas
07	Local de realização	Plenário do TRE-RN
08	Público-alvo	Magistrados do TRE/RN
09	Instrutor/Qualificação	Caio Silva Guimarães
10	Quantidade de turmas	Turma única
11	Ementa	Jurisdição Eleitoral e Poder de Polícia.
12	Objetivos	Preparar magistrados para desafios impostos pelo poder de polícia decorrente da atividade eleitoral.
13	Conteúdo programático	<p>1ª Parte – 4 h/a.</p> <p>Propaganda antecipada lícita e ilícita. Ambiente político nacional. Propaganda Geral. Propaganda em bens públicos e particulares. Casos específicos de manifestação pessoal. Estudo de casos. Propaganda política na internet – Parte Geral – Art. 57, da Lei n.º 9.504/1997. Propaganda antecipada na internet, meios permitidos e proibidos. Uso das redes sociais na pré-campanha. Transmissão de lives e encontros via internet. Novidades da pré-campanha na internet no Novo Código Eleitoral. O uso do capital digital na pré-campanha.</p> <p>2ª parte – 4h/a.</p> <p>Meios permitidos e proibidos na propaganda em meios digitais, abordagem geral. Propaganda na internet e liberdade de expressão. Novos formatos digitais de propaganda eleitoral. Disparos em massa e impulsionamento de conteúdo. Uso de <i>microtarget</i>. Anonimato, <i>fake news</i>, <i>junkie news</i>, <i>big data</i> e sua influência na dinâmica político-eleitoral. Contratação de digital <i>influencers</i> nas campanhas eleitorais. Combate à desinformação. Propaganda negativa na internet. Agências de <i>fact check</i>. Responsabilidade dos provedores de serviço de internet e sistemas de controle. Bloqueio de aplicações de internet. Enquete na internet. Poder de polícia na propaganda eleitoral da internet. Aspectos práticos das ordens de retirada de conteúdo. Abordagem prática das representações por propaganda ilícita na internet.</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL**

14	Metodologia	Aula expositiva dialogada. Estudo de caso. Análise de jurisprudência. Sistematização de ideias.
15	Avaliação de aprendizagem	Avaliação contínua, mediante a observação do docente, no decorrer das ações em aula: participação de cada cursista, pertinência das observações, atenção e envolvimento com os temas e estratégias utilizadas. Observação da participação dos discentes nas discussões desenvolvidas no decorrer da aula e sua contribuição para a construção da reflexão sobre o material proposto.
16	Bibliografia	BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1. _____. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 1965. Seção 1, p. 6.746. _____. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 set. 1995. Seção 1, p. 14.552. _____. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 out. 1997. Seção 1, p. 21.801.

Natal, 20 junho de 2022

SOLON RODRIGUES DE ALMEIDA NETTO

Analista Judiciário – EJE/RN